

HISTÓRIA PELA PAIXÃO: ENSAIO SOBRE A ESCRITA DA HISTÓRIA POR CHATEAUBRIAND E MICHELET

PASSION HISTORY: ESSAY ABOUT THE HISTORY WROTE
BY CHATEAUBRIAND AND MICHELET

Willibaldo Ruppenthal Neto¹

Resumo: O presente artigo visa demonstrar as formas de escrita da história realizadas por René Chateaubriand e Jules Michelet enquanto historiadores românticos, evidenciando o propósito de enaltecerem e glorificarem seus objetos de paixão – cristianismo e a revolução francesa, respectivamente – através da escrita historiográfica.

Palavras-chave: *Historiografia; Século XIX; Chateaubriand; Michelet;*

Abstract: This article aims to demonstrate the ways of writing history made by René Chateaubriand and Jules Michelet while romantic historians, showing the purpose of praise and glorify their objects of passion – christianity and the French Revolution, respectively – with their historiography writings.

Key-Words: *Historiography; 19th century; Chateaubriand; Michelet;*

Grande missão da ciência e quase divina! Ela jamais bastaria para isso se fosse apenas ciência, livros, penas e papel. Não se adivinha uma tal história senão ao refazê-la com o espírito e a vontade, ao revivê-la, de modo que não seja uma história, mas uma vida, uma ação. Para redescobrir e relatar o que esteve no coração do povo só há um meio: é ter o mesmo coração.

Jules Michelet²

¹ Graduando em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e graduando em Teologia pelas Faculdades Batista do Paraná

² MICHELET, Jules. “Do método e do espírito deste livro”, In: MALERBA, *Lições de história...* p. 109.

Introdução

Percebe-se numa breve leitura dos diversos historiadores dos séculos XVIII e XIX que estes têm uma postura sentimentalista e até romântica da história, muito mais próximos de escreverem o que compreendemos como arte do que aquilo que entendemos como ciência. Muitos se aproximam mais dos escritores de romances históricos – Walter Scott, Honoré de Balzac, Leon Tolstói, etc³ – do que dos chamados “historiadores positivistas”, mas diferenciam-se dos romancistas por escreverem com pretensão ao real – ao que “realmente aconteceu” –, pois somente quando pretende-se falar de um conhecimento do passado real que podemos denominar uma obra como 'histórica' (MARROU, 1978: 28-29). Por tais características, estes historiadores são generalizados como “historiadores românticos”⁴. É necessário, porém, uma explicação sobre esta expressão: toda generalização, como na adequação de autores intitulados (normalmente *a posteriori*) como “românticos”, “modernos”, “pós-modernos”, etc...,

³ A própria obra *Les Martyrs* de Chateaubriand é um exemplo de romance histórico.

⁴ Como bem nos mostra Falcon, o romantismo “defendeu perspectivas quase diametralmente opostas: o papel e a importância do sentimento, a intuição, o individualismo, o organicismo e a história.” (FALCON, 2011: 58). Este aspecto de contradição do romantismo é o que parece levar Edmund Wilson a pensar a postura de Michelet como “realista e não romântica” (WILSON, 1987: 16), por entender que “sua abordagem era inteiramente racional, solidamente fundada na filosofia do século XVIII – anticlerical e democrática” (WILSON, 1987: 17) e, mesmo assim, admitir que “sob muitos aspectos, é mais fácil compará-lo a um romancista como Balzac do que a um historiador comum.” (WILSON, 1987: 19). Temístocles Cezar (2004: 20) não inclui Michelet na sua lista dos românticos, que conta com: Walter Scott, René Chateaubriand, Augustin Thierry, Prosper Barante e Victor Cousin.

ou na separação de conjuntos de autores por “regimes de historicidade”⁵, não são formas perfeitas ou homogêneas: como bem nos lembra Hartog, “não é uma realidade acabada, mas um instrumento heurístico” (HARTOG, 2006: 14). Tais adequações são feitas por encontrar-se características similares entre os membros de cada conjunto, sendo necessário compreender que tais conceitos não devem apagar o valor do indivíduo - nestas generalizações se sobressai o contexto, porém a individualidade deve ser preservada.

Os historiadores ditos “românticos” se destacam como grupo diferenciado também por perceberem na história aquilo que são suas *paixões* e escreverem explicitamente para ressaltá-las e defendê-las. Pode-se dizer que o título de ‘românticos’ encaixa bem com a perspectiva de que possuíam um “romance” com as fontes de suas paixões, que variavam bastante – das suas religiões às suas perspectivas

⁵ François Hartog entende por *regimes de historicidade*, “os diferentes modos de articulação das categorias do passado, do presente e do futuro. Conforme a ênfase seja colocada sobre o passado, o futuro ou o presente, a ordem do tempo com efeito não é a mesma.” (HARTOG, 2006: 14). Ou ainda: “Por regime, quero significar algo mais ativo. Entendidos como uma expressão da experiência temporal, regimes não marcam meramente o tempo de forma neutra, mas antes organizam o passado como uma sequência de estruturas. Trata-se de um enquadramento acadêmico da experiência (*Erfahrung*) do tempo, que, em contrapartida, conforma nossos modos de discorrer acerca de e de vivenciar nosso próprio tempo. Abre a possibilidade de e também circunscreve um espaço para obrar e pensar. Dota de um ritmo a marca do tempo, e representa, como se o fosse, uma “ordem” do tempo, à qual pode-se subscrever ou, ao contrário, e o que ocorre na maioria das vezes, tentar evadir-se, buscando elaborar alguma alternativa.” (HARTOG, 2003b: 12).

políticas. No contexto francês⁶ há dois casos de historiadores românticos que se destacam: François-René de Chateaubriand, o historiador do cristianismo; e Jules Michelet, o historiador do povo e da nação da França. Nestes casos escreveu-se uma história que serve respectivamente à *religião* e à *política* como verdadeiras *paixões* destes autores.

Romantismo Histórico – Séculos XVIII e XIX

Para que tais casos historiográficos sejam compreendidos, é necessário pensar-se no contexto histórico em que se encontravam, ou seja, na França do século XVIII e XIX. Como destaca Francisco Falcon, a reforma protestante do século XV (e seguintes) foi um grande catalizador da relação e serventia da história à *religião* e à *política*:

(...) sobretudo nos séculos XVI e XVII, as disputas teológicas/políticas resultantes da Reforma reforçaram a tendência presente nas histórias oficiais: produzir, por intermédio da história política ou religiosa, conforme o caso, os elementos históricos favoráveis à causa defendida pelo historiador. Caberia então à história proporcionar provas e

⁶ Sobre a história brasileira com caráter romântico, veja principalmente os escritores “clássicos” do período, como, Sílvio Romero, José Veríssimo, Tavares Bastos, Joaquim Nabuco, Francisco Varnhagen, Robert Southey, Pedro Calmon e os “menores”, como José Vieira Couto de Magalhães. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro teve grande importância no sentido de ‘romantização’ da historiografia brasileira (CEZAR, 2004: 20), como bem nos mostra Callari (2001), e é neste que os historiadores românticos brasileiros em geral se inserem. José Vieira Couto de Magalhães, por exemplo, atua através do IHGB como construtor do “mito” de Felipe dos Santos, que foi importante para a história romântica brasileira, apesar de não ser tão importante como o “mito” de Tiradentes.

argumentos às partes em litígio. (FALCON, 2011: 57).

Olavo de Carvalho também bem explica que no século XVI, “auxiliados pela argumentação erudita, protestantes e católicos acusam-se mutuamente de haver falsificado a História da Igreja, de haver interpretado erroneamente os textos bíblicos.” (CARVALHO, 2010: 168). Assim surgiram as obras de história da igreja com teor apologético, como *A História da Igreja* dos eruditos de Magdeburgo (1559) que “é o primeiro tiro de canhão disparado pela crítica protestante”, sendo que “Roma vinga-se com os *Annales ecclesiastici* do cardeal Baronius (1588)” (CARVALHO, 2010: 168). No fim das contas, porém, “o resultado mais notável dessas polêmicas foi lançar em todos os cérebros a dúvida sobre a confiabilidade da narrativa bíblica e da visão cristã da História.” (CARVALHO, 2010: 169). Tal resultado – a crise da visão cristã da história –, se fez perceber de forma ainda mais forte no contexto de Revolução Francesa, quando a Igreja Católica e o próprio cristianismo foram extremamente abalados e questionados naquele país. É neste contexto que Chateaubriand e Michelet se encontram e se posicionam claramente e apaixonadamente, cada um em seu papel, cada um seguindo o seu coração, cada um de um lado da balança, tentando pendê-la para o seu lado.

O caso Chateaubriand: paixão pelo gênio do Cristianismo

Quando René Chateaubriand escreve seu célebre livro *Génie du Christianisme* [O Gênio do Cristianismo], busca como grande objetivo

demonstrar para os franceses – que tanto haviam perdido da fé cristã – o valor do cristianismo, desta religião que aos seus olhos é a “a mais poética, a mais humana e favorável à liberdade, às letras, e às artes; que o moderno mundo tudo lhe deve, desde a agricultura até às ciências abstratas” (CHATEAUBRIAND, 1949a: 12)⁷. Assim, a história em grande parte não passa de uma simples ferramenta; ou melhor, sendo o cristianismo a grande beleza que há na história, certamente a história deve servir-lhe prestando as devidas homenagens, curvando-se como lhe é devido⁸.

Focado no objetivo maior, pela “grande verdade” que a história *deve* mostrar, não só ignora muitas coisas importantes a serem ditas, como também afirma muitas inverdades – o brilho da verdade parece

⁷ Tem-se, porém, a obra de Bossuet, *Discours sur l'Histoire Universelle* (1681) como a principal e primeira obra histórica de apologética do cristianismo em geral. Nas palavras do próprio Chateaubriand, “Bossuet é mais que um historiador, é um padre da Igreja, é um sacerdote inspirado” (CHATEAUBRIAND, 1949b: 70). Sobre o *Génie de Chateaubriand*, Teresa Malatian afirma: “(...) defendeu a importância da religião para a história. A obra expressava suas antigas convicções monárquicas, mas também um sentimento religioso profundo alimentado pela prisão e decorrente do falecimento de sua mãe durante o período do Terror, quando perdeu também um irmão, e vários outros membros de sua família foram alcançados pela fúria jacobina. Nessa obra elaborou uma visão católica do passado, oposta à teoria do progresso seular e ao culto da razão como força motriz da história. Para isso, defendeu o papel da emoção e da imaginação na história.” (MALATIAN, In: MALERBA, 2010: 114-115).

⁸ O *Génie du Christianisme* mostra que Chateaubriand efetuou o que julgava ser função máxima do historiador: “Mas a grande tentativa do historiador moderno seria [estudar e explicar] a mudança que o cristianismo operou na ordem social. O Evangelho, dando bases novas à moral, modificou a índole das nações, e criou na Europa homens inteiramente diversos dos antigos por opiniões, governação, costumes, usos, ciências e artes.” (CHATEAUBRIAND, 1949b: 65). Ora, é justamente esta a pretensão de Chateaubriand com o *Génie*.

não apenas ofuscar-lhe a visão como também proporciona-lhe ilusões. Porém, é necessário fazer-se certa justificação: enquanto Chateaubriand exagera afirmando, por exemplo, que a abolição da escravatura é um mérito do cristianismo⁹, muitas vezes outros historiadores ignoram pontos importantes da história por não se ter as mesmas crenças que aqueles que se estuda. Afinal: “Uma fé que não compartilhamos, como então conhecê-la senão através das palavras do outro?” (BLOCH, 2010: 71) – bem nos alertava Marc Bloch. Mesmo assim, porém, o contrário também pode ocorrer, justamente pelo fato de que uma das grandes dificuldades da história é justamente isto: *deve tratar-se de um estudo do outro, e não (apenas) de si mesmo*. Estudando sua paixão, elemento ao mesmo tempo fora e dentro de si, Chateaubriand não tomou as devidas precauções: não fez o afastamento necessário, “sagrado” aos historiadores, porém, isto se explica justamente pela historicidade deste procedimento – ideia esta que estava se desenvolvendo durante este século XIX de Chateaubriand. Tal procedimento de “objetivação” já era pensado, mas era pretendido por poucos e negado por muitos. A história se achava em posição de serventia e não de utilidade em um sentido pragmático: não pretendia-se parcialidade, pretendia-se a verdade, nua, crua e materializada – no caso de Chateaubriand, materializada no

⁹ “Acrescentemos, para coroar tantos benefícios, um, que devia ser inscrito em letras de ouro nos anais de filosofia: *A abolição da escravatura*.” (CHATEAUBRIAND, 1949b: 304). Paul Veyne comenta sobre esta ilusão: “Quando as ideias que ouvimos repetidamente se tornam as ideias de uma época, cremos reconhecer nelas essa época, acreditamos que sempre se pensou desse modo; Chateaubriand e Lamennais queriam acreditar que o cristianismo tinha abolido a escravatura e preparado a liberdade moderna.” (VEYNE, 2011: 238).

próprio cristianismo. É certo que em nenhuma obra histórica há plena objetividade, e as paixões sempre movem os pensamentos e mãos dos historiadores, porém nem sempre há uma intencionalidade como havia no caso dos românticos.

A história para Chateaubriand, que se encontrava “preso, ou condenado, entre dois regimes de historicidade, o antigo e o moderno” (CEZAR, 2010: 31), acabava sendo compreendida como um ramo da filosofia e política, e não como uma ciência particular – ideia que só se formará durante todo o século XIX, especialmente na Alemanha. Assim, ele evocava exemplos na história – pela noção da *historia magistra vitae*¹⁰ – com o propósito de servir especialmente à política e à moral, conforme fica claro em seu Prefácio dos *Études Historiques*: “(...) escrevo para a glória de minha pátria, e porque vi os males dos homens.” (CHATEAUBRIAND, In: MALERBA, 2010: 120). Sua escrita tenta reviver o passado perdido, ignorado, mas que é tão fortemente *sentido* por ele. Seu propósito político/moral não era escondido nem evitado – não possuía pretensões de imparcialidade nem de “objetividade vazia” – da qual Ranke e outros historiadores serão

¹⁰ A história foi muito utilizada como *mestra da vida*, especialmente no sentido de fornecer padrões pelos casos históricos, seguindo a famosa máxima de Cícero em *De Oratore* (II, 36), onde ele define a história: “*testis temporum, lux veritatis, vita memoriae, magistra vitae, muntia vetustatis*” (PAYEN, 2011: 105, nota 1). Mas como bem percebeu Nietzsche, um caso na história não necessariamente irá se repetir, uma vez que a vida como um todo teria que se repetir, numa lógica de eterno retorno: “no fundo, aliás, aquilo que foi possível uma vez só poderia comparecer pela segunda vez como possível se os pitagóricos tivessem razão em acreditar que, quando ocorre a mesma constelação dos corpos celestes, também sobre a Terra tem de se repetir o mesmo, e isso até os mínimos pormenores...” (NIETZSCHE, 1999: 276).

acusados –, apesar de no seu tempo já existir a pretensão de tais “virtudes” para os historiadores. Assim, Chateaubriand não é apenas saudosista, mas representa propriamente o “regime antigo” em seu tempo – tanto na moral e política como na própria historiografia – escrevendo com gosto sobre a história dos antigos:

Os antigos haviam concebido a história de um modo muito diferente do nosso; eles a consideravam um simples ensinamento, e, sob esse aspecto, Aristóteles a colocou num patamar inferior ao da poesia¹¹: eles concediam pouca importância à verdade material; e isso lhes bastava, ainda que houvesse nela um fato verdadeiro ou falso a relatar, que esse fato oferecesse um grande espetáculo ou uma lição de moral e de política.¹²

A seu ver os antigos possuíam uma maior liberdade na escrita da história, que teria seus benefícios: “Clio caminhava agilmente, desembaraçada da bagagem pesada que arrasta hoje atrás de si. Com frequência o historiador era apenas um viajante relatando o que havia

¹¹ Aristóteles afirma na *Poética*, 1451b: “O historiador e o poeta não diferem pelo facto de se exprimirem em verso ou em prosa (era possível pôr em verso as obras de Heródoto, e a História não seria inferior pela razão de ter ou não metro); diferem, porém, em dizerem, uma, o que aconteceu, outra, o que poderia acontecer.” (Transcrevi a tradução citada em PEREIRA, Maria Helena da Rocha. “Introdução Geral”, In: HERÓDOTO, 2002: xxxi).

¹² CHATEAUBRIAND, “Prefácio...” p. 120. O chamado “discurso direto ou atributivo” era um exemplo do valor dado à lição em lugar da realidade histórica. Assim, os discursos eram elaborados pelo historiador através do método da *mimésis*, na tentativa de criar-se um discurso do que o personagem *deveria* ter dito. “Mesmo o austero Tucídides continuará a usar o processo, como muitos mais depois dele.” (PEREIRA, In: HERÓDOTO, 2002: xxxi).

visto¹³. Agora a história é uma enciclopédia: é preciso tudo incluir nela (...)” (CHATEAUBRIAND, In: MALERBA, 2010: 121). É uma “enciclopédia” não apenas pela sua objetividade árida, mas também pela falta de aprofundamento no que possui maior importância – problemas decorrentes da pretensão à objetividade, método utilizado de forma equivocada. A presença das paixões na escrita histórica não compromete necessariamente com a verdade histórica, desde que admitida e objetivada. A total objetivação, enciclopédica, porém, esteriliza a escrita da história – é preciso encontrar-se a justa medida na própria relação instável que há entre a paixão do historiador e seu compromisso com a verdade. Esta medida, porém, não pode ser cobrada de historiadores do século XIX como Chateaubriand, uma vez que ainda se encontravam no início do processo de teorização da história, onde seu aspecto “científico” resumia-se nesta nova vulgarização da história – enciclopédica – a qual, para Chateaubriand – acolhe mais do que se deveria, e assim se esquece do mais importante, daquilo que é a essência de tudo que é bom: o próprio *gênio do cristianismo*.

O caso Michelet: paixão pelo povo e nação

Outro historiador neste mesmo contexto é Jules Michelet, que também é tido como um historiador romântico. Porém, diferente de Chateaubriand, ele escreve principalmente sobre a Revolução

¹³ Chateaubriand também escreveu relatos de viagem; como bem nota Temístocles Cezar: “Por ter feito a história, por ter muito viajado, julgava-se capaz de escrevê-la.” CEZAR, 2010: 27.

(Francesa), já que é esta – e não o cristianismo – que é como *um caso de amor* para ele, como bem destaca a historiadora brasileira Lilia Moritz Schwarcz (1957-):

(...) a Revolução é ela própria vivida como um caso de amor (...) a Revolução que anunciava a igualdade e a fraternidade, e que efetivamente convulsionou o mundo ocidental. Aí está a interpretação romântica desse autor que definitivamente conferiu ao povo não só a sensibilidade, mas a generosidade e a sagacidade dos grandes agente históricos. (SCHWARCZ, In: MALERBA, 2010: 95).

Esta paixão, este romance, faz Michelet transparecer e exacerbar suas crenças e ceticismos ao longo dos relatos da Revolução – esta que transformou seu tempo e fez com que a própria vida de Michelet existisse nos “dias mais sagrados do mundo, dias bem-aventurados para a história” (MICHELET, In: MALERBA, 2010: 97) – na qual o grande personagem foi e é o *povo*; para Michelet este personagem possui consciência e opinião próprias, que não devem ser desprezadas pelo historiador mas respeitadas e se possível apenas compreendidas e transmitidas¹⁴.

A escrita da história, para Michelet, além de ser para o povo é também para a *nação* francesa: segundo ele é a França que pede a sua

¹⁴ Cf. MICHELET, Jules. “Do método...”, In: MALERBA, 2010: 107. Michelet aqui percebe que a opinião popular deve ter um fundamento para ter sido concebida; assim, busca compreender esta opinião, e não “corrigi-la”, ou seja, desprezá-la, por ser considerada ingênua. Não chega ao ponto de pensar em apenas transmitir realidades acabadas, tais como os positivistas pensarão sobre a realidade a ser apenas ‘reencontrada’ pelo historiador nos documentos.

história aos seus historiadores¹⁵, dos quais Michelet se destaca por assumir com corpo e alma este papel que a nação lhe outorgou. Ele não é apenas um historiador, é um historiador do povo da França, um servo apaixonado pelo seu país, um devoto transcritor dos desejos e julgamentos deste. Ou melhor, é assim que Michelet se percebia: via-se apenas pelas cores azul, branca e vermelha – um arauto da nação e nada mais, já que não se desejava algo maior.

Mas com tanta paixão, com tal ligação sentimental ao povo e à nação, Michelet, este autor “onipresente, transbordante” (HARTOG, 2003a: 18), acaba também transbordando na sua escrita: transborda em sentimentalismo¹⁶, que é percebido por ele mesmo, mas no qual não vê problemas: “(...) este relato, eventualmente comovido demais, talvez, e tempestuoso, no entanto, jamais é turvo, de modo nenhum vago, de modo nenhum indeciso, em vãs generalidades.” (MICHELET, In: MALERBA, 2010: 99). Pois, afinal, como um sentimento tão válido poderia de alguma forma atrapalhar em um estudo cujo objeto é justamente a quem se ama, e que ao mesmo tempo é para quem tal trabalho é realizado? Sendo a França compreendida pelo seu povo e

¹⁵ Cf. MICHELET, Jules. “Do método...”, In: MALERBA, 2010: 108-109.

¹⁶ Vale citar aqui a explicação de Edmund Wilson: “De tão absorvido em sua história, de tão identificado com seu tema, Michelet é levado a curiosos exauros. Suas emoções e os acontecimentos de sua vida constantemente interrompem a narrativa, e, inversamente, os eventos históricos parecem envolvê-lo.” (WILSON, 1987: 30); Peter Gay tece uma crítica a escrita de Michelet (a qual chama de “despejo”), quando comparada à escrita de Jacob Burckhardt: “o que Michelet sugeria com sua exposição esbaforida, Burckhardt trabalhou em detalhes vivos e persuasivos”. (GAY, 1990: 137). Apesar desta citação de Wilson, deve-se compreender que este muito mais elogia do que critica a obra de Michelet.

nação, entende-se que é a estes que se dirige a escrita do historiador, e é por estes que a pena deve lutar (afinal, trata-se de uma arma mais poderosa que a espada) em busca de se encontrar a verdadeira e justa exposição da história – uma memória da França sobre si mesma.

Combates Pela Paixão

No Prefácio do livro *Imagens da França* de Michelet, o historiador Georges Duby bem nos explica o caráter político da obra deste romântico, demonstrando a mudança de situação da história em relação ao contexto histórico, comparando o tempo de Michelet ao nosso:

A obra de Michelet é política, “engajada”, (...) Essas palavras com as quais ele pontua o seu discurso, como tantas profissões de fé enfáticas, essas palavras que nos aborrecem ou nos fazem sorrir, lembremos que eram lançadas contra outras palavras. Michelet serve-se delas, num combate ainda incerto, como tantas armas necessárias cuja virulência é terrível [e cuja] eficácia temos dificuldade de medir. O campo de combate deslocou-se e essas armas não têm mais validade. (DUBY, In: MICHELET, 2000: 7).

Tal combate se dava especialmente *na Igreja e no Estado*¹⁷:

¹⁷ Neste sentido afirmou o seguinte Lord Acton: “Os historiadores de épocas anteriores, insuperáveis para nós em conhecimento e talento, não podem ser nosso limite. Temos capacidade para sermos mais rigidamente impessoais, desinteressados e justos do que eles; e para aprendermos dos registros fidedignos e genuínos a olhar para o passado com remorso, e para o futuro, com a esperança certa de coisas melhores; assim sendo, se rebaixarmos nosso padrão na história, não poderemos defendê-la nem na Igreja, nem no Estado.” (LORD ACTON, In: MALERBA, 2010: 286).

diante da Igreja, “Michelet, do alto de sua cátedra do Collège de France, toma a defesa da Universidade, cujas prerrogativas o partido dos padres pretende reduzir” (VIALLANEIX, In: MICHELET, 1988: viii); *diante do Estado*, toma o partido do povo, que é seu 'mestre' e principal objeto de estudo, como se percebe pela sua obra *Le Peuple* [O Povo], no qual – numa dedicatória a Edgar Quinet (1803-1875), afirma: “Este livro é mais que um livro; sou eu mesmo” (MICHELET, 1988: 1). Confunde-se, portanto, com o objeto que vê sobressair na história, *o povo*, e acredita ter se confundido (não se apagando, mas ressaltando) na própria história¹⁸.

Mas, desta forma, num contexto de necessidade de validação da Revolução – esta paixão de Michelet –, como poderia este romântico alcançar um resultado diferente do de uma história repleta de ilusões e supervalorizações? Afinal, todo o seu “trabalho germinou de uma mesma raiz viva: o sentimento da França e a ideia de Pátria.” (MICHELET, 1988: 1)¹⁹. Sendo estes os ingredientes, o resultado não poderia se distanciar muito do que alcançou na obra de Michelet, porém,

¹⁸ Hartog fala sobre Michelet: “(...) é onipresente, transbordante, indo até o ponto de resumir sua vida em seu *Journal* pela síntese “Eu-História” (eu sou a História, todo o meu ser transferiu-se para ela, e, em troca, ela fez de mim o que sou);” (HARTOG, 2003a: 18).

¹⁹ Quando Bertrand de Jouvenel (apud CARVALHO, 2010: 176) fala sobre o conceito de Nação, que “aceitou-se na França, depois disseminou-se na Europa, a crença de que existe um personagem Nação, detentor natural do Poder”, está se referindo ao que os historiadores – dos quais Michelet é o grande ícone – fazem, personificando a Nação (ou o Povo) e lhe outorgando o Poder sobre a História. Trata-se da incorporação na História – de forma incrivelmente personificadora - de um conceito que só se formou no século XVIII.” (CARVALHO, 2010: 174).

a genialidade e qualidade literária deste autor dão muito mais que um toque especial a sua obra: esta é histórica por ser sobre a história e por ela também ter um contexto histórico, porém, seu gênio e qualidade dão a obra um valor que ultrapassa seu tempo.

Michelet e Chateaubriand são exemplos da própria sentença de Chateaubriand: “Assim como um século influi sobre um homem um homem influi sobre um século; e se um homem é o representante das ideias do tempo, muito mais ainda é o tempo representante das ideias do homem.” (CHATEAUBRIAND, In: MALERBA, 2010: 129). Michelet e Chateaubriand são do século XIX, mas também o século XIX é o século de Chateaubriand e Michelet. Mesmo assim, o século XIX ultrapassará estes dois, assim como estes ultrapassaram o seu próprio século, afinal, “existem no homem dois homens: o homem de seu século e o homem de todos os séculos” (CHATEAUBRIAND, In: MALERBA, 2010: 128).

Michelet e Chateaubriand estão em dois lados de uma mesma moeda: o ambiente de Chateaubriand é semelhante ao contexto de debate de Michelet; vê, porém, uma necessidade de valer-se da história para, “no caos revolucionário”, defender o valor do cristianismo:

É tempo, enfim, de saber-se a que se reduzem os apodos de absurdo, grosseria, e mesquinhez, dados continuamente ao cristianismo; é tempo de mostrar que ele, longe de acanhar o pensamento, se presta maravilhosamente aos voos da alma, e pode encantar o espírito tão divinamente como os deuses de Virgílio e Homero. (CHATEAUBRIAND, 1949a: 13).

Conclusão

Destas formas, nestes formatos tão fechados, a história serviu principalmente como instrumento de validação, promoção e exaltação das paixões destes historiadores. Não eram apaixonados pela história, ou pela verdade, antes amavam o que era a verdade aos seus próprios olhos; seu amor, sua devoção, estavam depositados em objetos que existem *na* história, e objetos bem definidos. Assim, em suas obras a história amolda-se em formatos, em uma forma que passa a favorecer estes tais 'amores'. A história ora se ajoelha perante o cristianismo, ora perante a Revolução, como se estes fossem não apenas o cerne da história, mas o motivo real desta existir.

O *Génie du Christianisme* de Chateaubriand *serve* assim, antes ao cristianismo e aos ideias políticos de Chateaubriand (monarquia) do que à verdade histórica, assim como a *Histoire de la France* de Michelet *serve* à nação francesa e suas ideias políticas. Bem se sabe que “é difícil separar, no gênio de Chateaubriand, o que é verdade do que é imaginação, o que é sinceridade do que é atitude”²⁰, mas também Michelet não deve ser lido sem a compreensão da sua forma romântica²¹

²⁰ LIMA, Alceu Amoroso (Tristão de Athayde). “Prefácio”, In: CHATEAUBRIAND, *O Génio...* vol. 1. p. XXI.

²¹ Seignobos (no séc. XIX) chega a afirmar que não aconselharia um estudante desejoso de instruir-se à ler a *Histoire* de Michelet: “A cidade é uma obra-prima, ainda que eivada de equívocos (...) não se pode pô-la nas mãos de um estudante desejoso de instruir-se – assim como não lhe aconselharíamos a leitura da *Histoire* de Michelet: os manuais alemães quase não a levam em conta, e muitos nem sequer a mencionam...” Cf. HARTOG, 2003a: 381, nota 12. Porém, Edmund Wilson destaca bem as qualidades de Michelet, tanto pela sua escrita, como pelo embasamento de qualidade nas pesquisas em fontes primá-

– como disse Jacques Le Goff: “se conhecermos Michelet, seus delírios, suas obsessões, veremos os silêncios ocupados pela própria paixão dele, e que o historiador deve separar da obra de Michelet. Daí a importância do ensaio de Barthes²² para nós, leitores críticos da *História da França*.”²³ (LE GOFF, In: HUIZINGA, 2010: 593). É evidente, portanto, a presença explicitada da paixão andando e mesmo guiando a mão destes historiadores, paixão esta muitas vezes combatida e negada pela historiografia cientificista, que parece se esquecer que mesmo que em medidas variantes, todo homem pode ser percebido naquilo que escreve. A historiografia atual tomou novos caminhos, definiu novos métodos e princípios, porém as paixões ainda guiam as mãos que escrevem, mesmo que não na mesma medida, ou com a mesma consciência.

rias. Para Wilson, Michelet “consegue dominar a história, como Odisseu ao lutar com Proteu, agarrando-a e segurando-a enquanto ele sofre toda uma variedade de metamorfoses; e, no decorrer dessa luta caótica, Michelet desenvolveu uma espécie original de forma literária.” (WILSON, 1987: 51). Apesar da forma de escrita de Michelet e das consequências que tendencialmente cai – como alguns exageros –, a qualidade deste autor não deve ser ignorada e, a atitude de desprezo de Seignobos se fundamenta numa supervalorização da história no molde metódico, vendo nos manuais alemães o parâmetro de precisão científica das obras historiográficas.

²² Se refere à obra *Michelet* de Roland Barthes, onde o autor bem nos mostra as precauções e compreensões (como os seus temas) necessárias para a leitura da obra de Michelet.

²³ LE GOFF, Jacques. Entrevista de Jacques Le Goff a Claude Mettra. In: HUIZINGA, 2010: 593.

Referências bibliográficas

BLOCH, Marc. *Apologia da História: ou, O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010.

CALDAS, Pedro Spinola Pereira. “A atualidade de Johann Gustav Droysen: uma pequena história de seu esquecimento e de suas interpretações”, *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, vol. 12, n.1, 2006. pp. 95-111.

CALLE, Francisco de la. *Teologia do quarto Evangelho*. 2 ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1985.

CARVALHO, Olavo de. *O Jardim das Aflições: De Epicuro à Ressurreição de César – Ensaio sobre o Materialismo e a Religião Civil*. 2 impressão. São Paulo: É Realizações Ltda, 2010.

CEZAR, Temístocles. “Entre antigos e modernos: a escrita da história em Chateaubriand. Ensaio sobre historiografia e relatos de viagem”, *Almanack Braziliense*, São Paulo, n.11, mai. 2010. pp. 26-33.

_____. “Narrativa, cor local e ciência. Notas para um debate sobre o conhecimento histórico no século XIX”, *História Unisinos*, São Leopoldo, vol. 8, n.10, jul/dez, 2004. pp. 11-34.

CHATEAUBRIAND. *O Génio do Cristianismo*. vol. 1. São Paulo: W. M. Jackson Inc., 1949a.

_____. *O Génio do Cristianismo*. vol. 2. São Paulo: W. M. Jackson Inc., 1949b.

_____. “Prefácio (Études Historiques)”, In: MALERBA, Jurandir (Org.). *Lições de História: o caminho da ciência no longo século XIX*. Porto Alegre: FGV & ediPUCRS, 2010. pp. 119-131.

FALCON, Florestan. “História e Poder”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. 2 ed. Rio de Janeiro: CAMPUS, 2011. pp. 55-82.

HARTOG, François. *O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003a.

_____. “Tempo e escrita da história”, *Revista Humanas*, Porto Alegre, v. 28, n.1, 2006.

_____. “Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo”, *Revista de História*, 148, 1º – 2003b, pp. 9-34.

HERÓDOTO, *Histórias*. Livro 1. Lisboa: Edições 70, 2002.

HUIZINGA, Johan. *O Outono da Idade Média*: estudo sobre as formas de vida e de pensamento dos séculos XIV e XV na França e nos países baixos. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

GAY, Peter. *O Estilo na História*: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

MALERBA, Jurandir (Org.). *Lições de História*: o caminho da ciência no longo século XIX. Porto Alegre: FGV & ediPUCRS, 2010.

MARROU, Henri-Irenée. *Sobre o conhecimento histórico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MICHELET, Jules. “Do método e do espírito deste livro”, In: MALERBA, Jurandir (Org.). *Lições de História*: o caminho da ciência no longo século XIX. Porto Alegre: FGV & ediPUCRS, 2010.

_____. *Imagens da França*. Trad. Ilka Stern Cohen. Bauru: EDUSC, 2000.

_____. *O Povo*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

_____. “Prefácio de 1868 (História da Revolução Francesa)”, In: MALERBA, Jurandir (Org.). *Lições de História*: o caminho da ciência no longo século XIX. Porto Alegre: FGV & ediPUCRS, 2010. pp. 98-100.

NIETZSCHE, Friedrich. *Obras Incompletas*. Tradução e notas de Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

PAYEN, Pascal. “A constituição da história como ciência no século XIX e seus modelos antigos: fim de uma ilusão ou futuro de uma herança?”, *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 6, março de 2011. pp. 103-122.

VEYNE, Paul. *Quando nosso mundo se tornou cristão*: (312-394). 2 ed.

Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

WILSON, Edmund. *Rumo à Estação Finlândia*: escritores e autores da história. 3 reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.